

Clipping n° 1141

, 01 Março 2013 - 10:54:46

UGT pede manutenção de emprego em troca da desoneração da folha Dilma pediu aos ministros da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e do Trabalho, Brizola Neto, que também participaram do encontro, para fazer uma reunião sobre o tema. Em encontro com a presidente Dilma Rousseff, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, pediu a exigência da manutenção do emprego e a contratação formal dos trabalhadores das empresas beneficiadas com a desoneração da folha de pagamentos. Segundo o presidente da central sindical, a presidenta considerou "pertinente e vai discutir" a proposta da central sindical. A presidenta se sensibilizou e vai conversar com o [ministro da Fazenda] Guido Mantega no sentido de que, quando as desonerações forem ampliadas, que tenham como contrapartida, no mínimo, a manutenção do emprego, disse Patah. Ele acrescentou que não se pode desonerar um setor com a informalidade que tem a área do comércio. Conforme Patah, dos 12 milhões de trabalhadores no comércio, cerca de 4,5 milhões (37%) são contratados informalmente. **Motoboys** Outro pleito da central sindical é atenção especial aos motoboys, que agora são obrigados a fazer um curso de capacitação para atuar na profissão, mas enfrentam dificuldades em cumprir a legislação. Patah disse que a UGT é a favor da norma, porém defende um cronograma para que os trabalhadores possam se adequar. Muitos dos cursos têm valores acima da capacidade do trabalhador pagar, alegou. Na cidade de São Paulo, continuou Patah, de 200 mil motoboys, apenas 23 mil fizeram o curso de qualificação de 30 horas. Segundo o representante sindical, Dilma Rousseff pediu aos ministros da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, e do Trabalho, Brizola Neto, que também participaram do encontro, para fazer uma reunião sobre o tema. Nos próximos dias, deveremos ter novidades neste assunto, disse. (Fonte: Agência Brasil)

Trabalhadores têm aumento no rendimento médio em quatro regiões Nenhum rendimento aumentou mais do que o do trabalho doméstico. Os trabalhadores domésticos estão conseguindo se inserir em trabalhos melhores e a demanda está maior que a oferta. O rendimento médio do trabalhador aumentou em quatro das seis regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em janeiro, na comparação com o mesmo período de 2012. As maiores altas foram registradas em Belo Horizonte (5,2%) e São Paulo (4,1%). Os dados são da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada nesta terça (26) pelo instituto. Em relação a dezembro de 2012, o rendimento aumentou em Porto Alegre (2%) e em São Paulo (0,5%), mas caiu em Salvador (-1,3%), no Rio de Janeiro (-0,8%) e no Recife (-0,7%). Em Belo Horizonte, o valor médio se manteve em janeiro em relação ao mês anterior. Nessa mesma comparação, entre os agrupamentos de atividades, houve queda no rendimento médio em janeiro nos grupos de serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira (-3,1%) e de construção (-1,8%). Já na comparação com janeiro do ano passado, o maior aumento no nível de rendimento foi registrado no trabalho doméstico (6%). Ao mesmo tempo, a maior queda no nível de ocupação também ocorreu nessa atividade. O número de ocupados nos serviços domésticos teve variação negativa de 5,9% na comparação com dezembro e de 4,5% em relação a janeiro de 2012. O trabalho doméstico vem demonstrando queda. É um serviço que está se tornando mais caro, disse o coordenador da pesquisa, Cimar Azeredo. Nenhum rendimento aumentou mais do que o do trabalho doméstico. Os trabalhadores domésticos estão conseguindo se inserir em trabalhos melhores e a demanda está maior que a oferta, destacou o coordenador. Segundo ele, trata-se de uma mudança estrutural. [O trabalho doméstico] está se

tornando cada vez mais um serviço de luxo, acrescentou ele, ao ressaltar que o aumento da escolaridade nesse grupo de trabalhadores é um dos motivos para a queda da procura pela atividade. O rendimento no emprego doméstico aumentou 7,8% em São Paulo e 6,6% no Rio em janeiro ante o mesmo mês do ano passado. Outro destaque da pesquisa é o aumento de 4% do emprego com carteira assinada na comparação de janeiro deste ano com igual mês de 2012. Este resultado significa mais 459 mil pessoas trabalhando com carteira assinada em um universo de 11,597 milhões. Já o aumento de pessoas ocupadas chegou a 2,8% no acumulado de 12 meses, segundo Cimar Azeredo. (Fonte: Agência Brasil)

Aposentados e pensionistas da União devem fazer recadastramento a partir de amanhã Brasília Aposentados e pensionistas civis da administração pública federal devem fazer recadastramento a partir de amanhã (1º). Anistiados políticos civis também devem atualizar os dados. De acordo com o Ministério do Planejamento, o recadastramento anual vai abranger 710 mil beneficiários. No mês de aniversário, essas pessoas deverão comparecer a uma das agências do Banco do Brasil (BB), da Caixa Econômica Federal ou do Banco de Brasília (BRB), em qualquer local do país, para fazer a chamada comprovação de vida. Nesses bancos, estão concentrados cerca de 90% do pagamento dos benefícios. Somente em março, o ministério espera recadastrar 58 mil pessoas. Os aposentados, pensionistas e anistiados devem apresentar um documento oficial de identificação (identidade ou carteira profissional) e o CPF. O ministério informa que o governo vai enviar carta para informar sobre a necessidade de fazer o recadastramento. Entretanto, mesmo quem não receber a carta de convocação deve ir a uma agência de um dos três bancos, no mês de aniversário. Os aposentados, pensionistas e anistiados que fizeram aniversário em janeiro e fevereiro deste ano vão aguardar 2014 para fazer o recadastramento. Quem não tiver condições de ir a uma agência bancária precisará agendar uma visita técnica. Isso pode ser feito pelo próprio interessado ou por qualquer outra pessoa, ligando para a Central de Atendimento Alô Segop, pelo telefone 0800 978 2328, ou para a unidade de Recursos Humanos do órgão a que está vinculado. Também está à disposição o e-mail recadastramento@planejamento.gov.br. Quem não se recadastrar nos prazos determinados pode deixar de receber o benefício. De acordo com o ministério, o prazo é o mês de aniversário e, vencido esse período, haverá mais uma chance nos 30 dias seguintes. Se mesmo assim não houver comparecimento, o benefício será suspenso até que a situação cadastral seja regularizada. De acordo com o ministério, anteriormente o recadastramento estava centralizado na antiga Secretaria de Recursos Humanos. Como o número de pessoas é muito grande para uma capacidade operativa pequena, o sistema ficou inviabilizado. Agora, com a parceria com os bancos, foi implantado o novo modelo de recadastramento. Agência Brasil

Jorge Caetano Fermino